

---

# ‘SEMIÓFOROS DA RIQUEZA’: UM ENSAIO SOBRE O TRÁFICO DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS<sup>1</sup>

---

MARCIA BEZERRA\*  
ROSANA NAJJAR\*\*

Resumo: *o objetivo desse ensaio é chamar a atenção para um tema importante, mas pouco debatido entre os arqueólogos no Brasil: o tráfico de objetos arqueológicos. São discutidos aspectos associados à destruição do patrimônio arqueológico, considerando a relação entre colecionadores e patrimônio arqueológico; e o papel da Arqueologia Pública e da Educação na compreensão e no combate a essa prática.*

Palavras-chave: *Tráfico de antiguidades. Patrimônio arqueológico. Arqueologia pública.*

*Experience has shown that when archaeological sites are seen to offer more than short-term gain they become something to curate, no exploit*  
(Brodie e Gill).

289 **A** epígrafe que abre esse ensaio foi escrita por dois pesquisadores que há décadas tem se dedicado a compreender, discutir e combater o tráfico de objetos arqueológicos. Não obstante os esforços de ambos, e de centenas de outros colegas ao redor do mundo, e a gravidade imposta pela situação ainda há muito que debater/ combater sobre/o tráfico de antiguidades em geral. Segundo os autores, um dos aspectos que concorrem para esse panorama é a “inatividade” dos sítios

arqueológicos que ao oferecer pouco, ou nenhum benefício – material ou simbólico -- para os moradores locais, não figuram como fonte para o imaginário do passado (JEUDY, 1990), e sequer para atividades sustentáveis. Dessa forma, os sítios arqueológicos tornam-se a própria matéria bruta da/ para a exploração.

Dentre muitos caminhos apontados para a mudança desse quadro, Brodie e Gill (op.cit.) indicam a educação e o turismo como intervenções positivas e potencialmente úteis para que o patrimônio arqueológico seja preservado pelas comunidades locais. As reflexões sobre tais estratégias situam-se no campo da Arqueologia Pública, cujo foco é a compreensão das relações entre as comunidades locais e o patrimônio arqueológico, a partir de uma perspectiva aplicada (BEZERRA, no prelo; BEZERRA DE ALMEIDA, 2003; FUNARI, 2004; LITTLE, 2002; LITTLE; SHACKEL, 2007; PYBURN; WILK, 2000; PYBURN; BEZERRA, 2006; SHACKEL; CHAMBER, 2004; SMITH, 2008, entre outros).

A questão do saque de sítios arqueológicos e a comercialização dos objetos deles retirados envolvem aspectos que se estendem da fiscalização à educação, e sublinham a urgência de nos envolvermos mais *nas* comunidades onde trabalhamos. Dessa forma, podemos estimular a preservação comunitária dos sítios, mas também, e principalmente, mapear as conexões entre colecionadores e os chamados “*subsistence diggers*” (BRODIE, 2006, p. 5), assim como os “*huaqueros*” no Peru e os “*tombarolli*” na Itália. Uma prática observada entre as comunidades amazônicas, mas pouco discutida entre os pesquisadores no Brasil (BEZERRA, 2009).

Nesse ensaio retomamos algumas dessas questões, e ressaltamos o papel que a Arqueologia Pública e a Educação têm na compreensão e na minimização dessas práticas.

## O TRÁFICO DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL

Pesquisadores do mundo todo (BEZERRA, 2005; FUNARI, 2001; LITTLE, 2002; MACMANAMON, 1991; NAJJAR, 2003; POKOTYLO; GUPPY, 1999; PYBURN; WILK, 2001; entre outros) têm se preocupado de maneira crescente com os aspectos que envolvem a percepção e a atitude das comunidades locais em relação ao patrimônio arqueológico. No Brasil, podemos citar trabalhos que consideram as relações entre o patrimônio arqueológico e os coletivos indígenas (BARETA, 1998; GREEN; GREEN; GOÉS NEVES, 2003; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2006), os quilombolas (FUNARI, 1996; GUIMARÃES, 2003), os movimentos sociais (MORAES, 2009<sup>2</sup>), os regimes ditatoriais (FUNARI; ZARANKÍN; REIS, 2008), os saqueadores de sítios subaquáticos (RAMBELLI, 2003), o público escolar (BEZERRA, 2005; BEZERRA DE ALMEIDA, 2003; HERBERTS; COMERLATO, 2003; SOARES, 2003), os grupos religiosos (NAJJAR, 2003), os comerciantes de réplicas (SCHAAN, 2006; 2007) os turistas (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2005), os auxiliares de campo (FERNANDES, 2007) enfim, uma produção bibliográfica tímida, mas crescente e que revela a diversidade de públicos com interesse no patrimônio arqueológico e as nuances que matizam cada uma dessas relações. Contudo, há um tema que vem merecendo pouca, ou nenhuma, atenção por parte da comunidade acadêmica no país: a relação entre os colecionadores e o patrimônio arqueológico.

Em 25 anos de reuniões científicas da Sociedade de Arqueologia Brasileira, foi apresentado um único trabalho sobre a questão (ARAÚJO; MIRANDA, 1985)<sup>3</sup>. A pesquisa realizada por Araújo e Miranda apontava para o grave problema da venda de objetos arqueológicos, sobretudo da cultura Marajoara, ocorrido no norte do país. As fotos mostravam centenas de peças cerâmicas retiradas “por encomenda” de colecionadores no Brasil e no exterior.

Após um silêncio de duas décadas, o tema foi objeto de três apresentações durante o *I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico*, organizado pela Superintendência do IPHAN de Manaus em 2007. T. Lima (2007) em sua apresentação discutiu a questão do tráfico de material arqueológico, sua relação com as comunidades locais e o turismo, citando o exemplo do município amazônico de Santarém, assentado sobre um extenso aldeamento indígena pré-colonial. No mesmo encontro, Schaan (2007) tratou do panorama do tráfico na mesma região, além de localidades no sul do Pará e no arquipélago do Marajó. Por fim, H. Lima (2007) discutiu a realidade dos saques na Amazônia Central e as ações desenvolvidas pelos pesquisadores do PAC<sup>4</sup> com as comunidades locais.

Entretanto, uma denúncia feita à 6ª Superintendência Regional do Iphan, no Rio de Janeiro, em 2003, levou à prisão, em flagrante, de um comerciante de peças arqueológicas brasileiras, em uma famosa feira de antiguidades da cidade<sup>5</sup>. Oportuno lembrar que o primeiro cartaz da campanha, lançada pelo ICOM em 1977, em favor da “Luta Contra o Tráfico de Bens Culturais”, estampava a foto de um zoólito datado de 4.000 anos a.C., retirado de um sítio arqueológico em Santa Catarina e, felizmente, recuperado pelo Iphan e pela Interpol em 1982 (CORSINO, 1999).

Atualmente, o banco de dados dos Bens Culturais Procurados/BCP, do IPHAN, inclui ainda dois muiiraquitãs desaparecidos no Rio de Janeiro (BCP nº986) e em Belém (BCP nº 1227) e um colar de dentes de macaco furtado no Rio de Janeiro (BCP nº 524)<sup>6</sup>.

Em 2004, o jornal O Globo publicou matéria sob o título “Arte latino-americana é alvo de saque”, reforçando a denúncia das duas pesquisadoras da década de 1985 e dando como destino das peças coleções particulares na Europa e nos Estados Unidos.<sup>7</sup>

O fato mais surpreendente, no entanto, ocorreu nos anos 2005. O banqueiro Edmar Cid Ferreira, do Banco

Santos, possuía expressiva coleção de arte – a CidCollection com cerca de 15.000 objetos de arte e documentos - incluindo cerca de 1300 peças arqueológicas que foram exibidas na impactante exposição “Antes: História da Pré-História”, organizada no Centro Cultural do Banco do Brasil nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília em 2005 (ANTES, 2005). Pouco tempo depois, com a intervenção no Banco Santos, decretada pelo Banco Central, o banqueiro perdeu o direito a manter a coleção. É provável que parte das peças tenha sido adquirida por meio de transações financeiras, no mercado de antiguidades, que opera de maneira ilegal em todo o mundo. De acordo com matéria veiculada na Folha de São Paulo na ocasião:

*“Edemar pagou US\$ 200 mil (R\$ 520 mil) por duas das três urnas funerárias marajoara que comprou em 2002 na galeria Mermoz, em Paris. Essas três peças decoram a casa do banqueiro; o resto da coleção está na reserva técnica que o instituto mantém no Jaraguá, na zona oeste de São Paulo”<sup>8</sup>.*

A coleção de peças arqueológicas encontra-se sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. O Museu Paraense Emílio Goeldi reivindica, desde então, a sua repatriação, uma vez que os objetos foram saqueados de sítios arqueológicos da região amazônica<sup>9</sup>.

Apesar desses casos, o tráfico de objetos arqueológicos é numericamente menos expressivo no Brasil do que em países como a Itália, França, Alemanha e Polônia e Rússia que são considerados pela Interpol os mais afetados pelo roubo de antiguidades em geral. As extensas listas de bens procurados apresentadas pela Interpol indicam que a comercialização de objetos arqueológicos<sup>10</sup> é uma realidade que ameaça a preservação de nosso patrimônio, prejudica o direito público ao conhecimento sobre o passado, compromete as pesquisas arqueológicas e reflete a distorcida relação do público, ou parte dele, com o patrimônio arqueológico.

De acordo com dados da Interpol (v.nota x), os objetos arqueológicos estão entre os mais cobiçados pelo mercado de antiguidades mundial. No Brasil, eles ocupam o segundo lugar depois da arte sacra dos séculos XVIII e XIX (CORSI-NO, 1999). Um dos problemas para a sua recuperação reside no fato de que, em muitos casos, não há descrição detalhada, fotografias e/ou desenhos e inventários completos, prejudicando a constatação e o registro das ocorrências de furto. Soma-se a isso, a dificuldade de se controlar o roubo de peças, diretamente, dos sítios arqueológicos. É nesta “desordem” que o mercado de antiguidades atua (CHIPPINDALE, 2002).

Há uma conjuntura que facilita o tráfico de objetos arqueológicos. Assunção (2003, p.11) ao se referir aos bens culturais em geral aponta algumas delas: 1º) a falta de segurança em museus e sítios arqueológicos; 2º) o interesse desmedido de alguns colecionadores; 3º) a falta de controle nas fronteiras e 4º) a miséria vivida pela população de vários países; 5º) a ausência de leis mais severas; 6º) a não disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a fiscalização.

É possível implantar de esquemas de segurança mais eficazes, reforçar a fiscalização das fronteiras, elaborar projetos de lei mais rígidos e aumentar o orçamento para as atividades de fiscalização. Mas há duas situações que nos parecem mais complexas e que, na verdade, são face e contra face da mesma moeda: os colecionadores e a população em situação de pauperização.

## OS COLECIONADORES

[...] *collecting is a special type of consuming*  
(Belk)

Existem distintas categorias de colecionadores<sup>11</sup>. Vislumbramos ao menos três tipos de práticas de colecionismo: 1) os colecionadores particulares que adquirem antiguidades e obras de arte de forma legítima em leilões auto-

rizados, tais como os registrados no Cadastro Nacional de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN<sup>12</sup>; 2) os colecionadores particulares que alimentam o tráfico ao obter antiguidades e obras de arte de forma ilícita; e 3) os colecionadores particulares moradores do entorno de sítios arqueológicos (BEZERRA, 2009). Nesse ensaio referimo-nos aos colecionadores da segunda categoria: os que obtêm antiguidades de forma ilícita.

Segundo Vitelli (1984, p.143), os colecionadores podem ser movidos pela: 1) experiência de ficar próximo de objetos antigos, 2) pela paixão por objetos que os possibilitam estudar diferentes culturas, 3) pela aventura no processo de descoberta – no caso de saques aos sítios arqueológicos, e 4) por considerarem os objetos como um bom investimento. Como vemos as motivações são de toda ordem: emocional, social e econômica.

Os objetos arqueológicos – assim como as antiguidades em geral – exercem forte atração nos indivíduos, estimulando-os emocionalmente (CARMAN, 1995). O próprio Freud sucumbiu aos encantos de peças gregas, egípcias, romanas, pelas quais, segundo ele, teria feito muitos sacrifícios (GAY, 1984, p. 16). Além do apelo estético e econômico, segundo Gay, o ato de colecionar objetos dá poder. É a busca do poder, constituído pelo prestígio que esses objetos conferem a quem os possui, que transforma bens culturais em mercadoria e, ao mesmo tempo, em signos, em “semióforos da riqueza” (CHAUÍ, 2000, p. 14).

O colecionador tem a posse do capital econômico, o ladrão comum não. Mas ambos compartilham algumas características, a priori, semelhantes: 1) percebem o bem cultural como mercadoria; 2) obtêm retorno financeiro com a sua comercialização e 3) contribuem para a destruição do patrimônio.

O que vemos, portanto, é que, tanto o colecionador, que tem, em princípio, informações técnicas sobre a peça almejada, quanto o ladrão comum que, na maioria das vezes,

desconhece totalmente o objeto “encomendado”, percebem-no apenas como um bem de interesse privado.

Por outro lado, as comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica são, em geral, excluídas das formas de acesso às necessidades básicas, assim como, ao conhecimento acadêmico produzido sobre os bens culturais. Ou seja, desconhecem o significado das peças envolvidas no tráfico. Vale ressaltar que não entendemos o acesso ao conhecimento a partir da ótica economicista,

*[...] mas sim que mediada por uma série de complexas relações, podem ser, identificadas certas correspondências entre a inserção econômica das pessoas e a possibilidade delas terem acesso a determinado tipo de conhecimento, ou seja, entre a posse de capital econômico e de capital cultural* (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 279).

Brodie e Gill (2003, p. 32) afirmam, no entanto, que

*The collectors invest without any real knowledge of the antiquities, or for that matter any appreciation of the ethical aspects, as all they are interested in is what they hope will be a good return for their investment.*

Seu conhecimento limita-se aos aspectos de valoração das peças no mercado, prescindindo de qualquer apreciação da ordem do simbólico.

## O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL

Segundo Bezerra de Almeida (2003), a lógica que opera as noções de público e de privado no Brasil pode contribuir para o entendimento das relações estabelecidas entre o público e o patrimônio arqueológico no país.

Para a autora, no Brasil, a distinção entre o que é público e privado, de uma maneira geral, não é clara. Con-

cordando com Chauí (2000, p. 90), afirma que é preciso procurar a origem dessa relação idiossincrática na história do Brasil. Chauí argumenta que a organização firmada pela Coroa concentrou parte do poder nas mãos de particulares. Não obstante o controle do monarca, tal prática desdobrou-se em uma assimetria que até hoje percebemos na sociedade brasileira, qual seja: os governantes são os “donos do poder” e os cidadãos lhes devem favores (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 283).

Assim, para Chauí (2000, p. 91), há “(...) do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado (...)”. O Estado instituiu “relações pessoais de favor, clientela e tutela” com os cidadãos (CHAUÍ, 2000; FUNARI, 1999), dilatando as diferenças entre eles. Esta lógica resulta, entre outros aspectos, na noção de bem público no Brasil: não é aquilo que pertence a todos, mas o que é propriedade privada do Estado (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003).

Dentro dessa perspectiva, entendemos que o colecionador, o ladrão comum e o comerciante, outro sujeito que atua nesse sistema como intermediário, rompem com a essa noção de comunidade e vão de encontro à constituição do sentimento de pertença e da noção de bem comum (JOVCTHELOVITCH, 2002, p. 70).

O mesmo ocorre com os objetos arqueológicos quando deixam de ser percebidos como símbolos de pertencimento<sup>13</sup> e passam a ser apenas objetos de posse. Nesse sentido, são instrumentos, não mais de disputas simbólicas para a legitimação de identidades; mas de disputas econômicas, que movimentam o tráfico. Ao invés de ser apropriado, o patrimônio, é poliado (v. Quadro nº 1)

Essa transformação dos bens arqueológicos em “commodities”<sup>14</sup> (SCHAAN, 2006) é uma questão complexa e que tem suas raízes não só nos aspectos econômicos, mas na desigualdade social que implica a não posse do capital

cultural (BOURDIEU, 1987) e o esfacelamento da cidadania cultural.

Quadro 1: Transformando o patrimônio arqueológico em *commodity*

| <b>Patrimônio Arqueológico Bem Cultural</b>   | <b>Patrimônio Arqueológico Mercadoria</b>                             |
|---|---|
| Interesse Público   | Interesse Privado   |
| Comunidades Locais<br>Arqueólogo/Mediador<br>(Educadores, Jornalistas,<br>Museólogos) | Colecionador(es)<br>Comerciante/Intermediário<br>(Ladrão, Traficante) |
| Construção do Passado   | Comercialização de Antiguidades                                       |
| Capital Cultural  | Capital Financeiro  |
| Apropriação   | Espoliação/Expropriação   |
| Valorização   | Valoração   |
| Disputa Simbólica/Legitimação   | Disputa Econômica/Tráfico   |
| Preservação/Fiscalização<br>(Iphan, Icom, Unesco)                                     | Repressão<br>(Interpol, Polícia Federal)                              |
| Semióforos da Cultura   | Semióforos da Riqueza   |

No entanto, é necessário perguntar em que medida esse argumento se aplica aos colecionadores, uma vez que vimos em Vitelli (OP.CIT.) que há várias razões que os estimulam; e todas elas pressupõem um conhecimento especializado, adquirido, muitas vezes, por meio de estudos não sistemáticos e de pesquisas amadoras. Compreendemos que mesmo este aparente reconhecimento do valor cultural das peças não diminui o fato de que, por detrás dessa motivação, há a destruição de sítios arqueológicos, o roubo de objetos e o tráfico destes bens culturais. Mais do que isto, e de acordo com Elia (1993) são eles os verdadeiros saqueadores.

No caso do ladrão comum, aquele que executa o furto das peças, o argumento nos parece pertinente. Esse indivíduo é, em muitos países, oriundo de populações em estado de

vulnerabilidade, os denominados “subsistence diggers” (BRODIE, 2006) que, muitas vezes, não têm acesso ao capital cultural – no qual inserimos o conhecimento arqueológico sobre o passado. Esses grupos praticam o saque e a venda de objetos arqueológicos para custear a sua sobrevivência.

Um fato ocorrido em São Paulo ilustra bem esta questão. O quadro “Menina com Laço”, pintado por Cândido Portinari em 1955 e avaliado em três milhões de reais, foi roubado da casa de um colecionador particular. Dias mais tarde, a tela foi localizada na casa de um dos acusados que admitiu tê-la pendurado na cozinha, em cima do fogão, desagrando a sua mulher que retirou a obra de arte da parede por considerá-la muito “feia”.<sup>15</sup> Pendurado na parede de uma cozinha de uma periferia empobrecida, ou na biblioteca luxuosa de um bairro elegante, o quadro de Portinari era uma mercadoria, destituído de seu significado simbólico, de sua natureza pública.

## A ARQUEOLOGIA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO

A questão do tráfico de bens culturais é complexa e, no caso da Arqueologia, sublinha o impacto que a percepção distorcida dos indivíduos em relação à cultura material patrimonial tem nesse panorama. Esse contexto - conflituoso em muitos países – tem posto em risco a vida de dezenas de arqueólogos.

Nesse sentido, projetos de Arqueologia Pública que se proponham a compreender as relações entre colecionadores, comunidades locais e o patrimônio arqueológico (BEZERRA, 2009) podem contribuir não apenas para o mapeamento dessa prática, mas, principalmente, para o entendimento de sua lógica e para a elaboração de estratégias que coíbam essas ações.

Acreditamos que a Educação, e sua vocação a “Educação Patrimonial” (BRANDÃO, 2006), tem um papel importante na sensibilização do indivíduo com relação ao patrimônio cultural e na reversão desse quadro. A prática

educativa pautada pela compreensão do contexto cultural no qual está inserida e por uma dinâmica dialógica permite que o sujeito atue na construção de sua história, contribuindo assim para a sua fruição com o patrimônio (SILVEIRA; BEZERRA, 2007).

É fundamental considerar o conceito de cultura como matéria-prima da dialogicidade (FREIRE, 2002), estabelecendo uma posição crítica com relação à certa tendência atual, sobretudo de algumas escolas da rede privada de ensino, que assumem sem constrangimento: “Formamos Empreendedores”<sup>16</sup>.

Será que é este o papel da escola? Não seria o de formar cidadãos? Não será na escola que reforçamos o sentido de cooperação, de comunidade, de cidadania? A postura extremamente competitiva adotada, em larga escala, nos dias de hoje, implica a formação de indivíduos que, entendendo o mundo pela ótica economicista (v. APPLE, 2008), dificilmente, terão oportunidade de compreender que um bem cultural, não vale pelos valores monetários que, ilegalmente, alcança no mercado de antiguidades, mas sim pelo que nele existe do “nós”, do sentido de comunidade, do compartilhar com o outro algo que é comum a todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetos arqueológicos são semióforos do nosso passado, são a fonte para o imaginário de nossa memória (JEU-DY, 1990) e “metáforas sólidas” (TILLEY, 1990) da ideia de comunidades. O tráfico de objetos arqueológicos anula esses sentidos da cultura material, do patrimônio e do que existe de comum nele. Bauman (2003, p. 134, grifo nosso afirma que

*Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade*

*tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos*

Acreditamos que uma educação que aguce os sentidos, que estimule a curiosidade, que faça do indivíduo um sujeito autônomo e questionador, tenha a possibilidade de contribuir, significativamente, para a formação dessa prática de compartilhamento e para a constituição dessa “comunidade de interesse e responsabilidade”.

A tarefa é extraordinária e demanda a participação de muitos segmentos da sociedade: órgãos de fiscalização, de repressão, legislação severa, controle nos museus, segurança nos sítios arqueológicos, projetos educativos voltados para a questão patrimonial, pesquisas sobre o tema, mas, sobretudo, ações comunitárias que, a partir da perspectiva da Arqueologia Pública, que promovam o reconhecimento do nosso passado comum e possibilitem a reivindicação dos nossos direitos sobre ele no presente.

## Notas

- 1 Uma versão desse texto foi apresentada durante o XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Campo Grande, MS, em 2005.
- 2 Moraes, Irislane – “Centralidades do Patrimônio na Amazônia: considerando as percepções de mulheres agricultoras em um Projeto de Educação Patrimonial na região de Itaituba-PA” Pesquisa para Monografia de Especialização em Arqueologia – UFPA. (em andamento). Trata da relação entre as mulheres do MMCC – Movimento Social das Mulheres do Campo e da Cidade na Transamazônica no âmbito do Projeto de Educação Patrimonial do Programa de Arqueologia Preventiva BR163-BR230/UFPA/DNIT, coordenado por D.Schaan e M.Bezerra.
- 3 As arqueólogas Cíntia Jalles de Araújo Costa e Cristina Miranda apresentaram comunicação durante o congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira realizado em 1985, na cidade de Goiânia. Não houve publicação de Anais. A primeira autora desse artigo, Marcia Bezerra,

- estava presente e assistiu a apresentação do referido trabalho, tendo conversado com uma das autoras após o término da sessão.
- 4 Projeto Amazônia Central coordenado pelo Drº Eduardo Goés Neves da Universidade de São Paulo.
  - 5 Jornal Extra – 2003. Operação realizada em parceria com a Assessoria de Arqueologia do IPHAN/Rio de Janeiro.
  - 6 Ver site do IPHAN; [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).
  - 7 Duarte, Fernando – Arte latino-americana é alvo de saque: objetos são vendidos ilegalmente a colecionadores dos EUA e Europa. *Ciência Vida. O Globo*, 19 de abril de 2004, p. 20.
  - 8 Mario Cesar Carvalho - Acervo arqueológico de banqueiro é confiscado. Folha de São Paulo. Folha Ilustrada, em 10/02/2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u49253.shtml>. Acesso em 2005.
  - 9 Vieira, I.C.G. - Pela Repatriação da Coleção Arqueológica do Banco Santos. Disponível em <http://www.museu-goeldi.br/download/29122005pelarepatriadacoleoarqueologicadobancosantos.pdf>. Acesso em 2009.
  - 10 Disponível em <http://www.interpol.int./Public/WorkOfArt/woafaz.asp>. Acesso em 20/04/2004.
  - 11 A respeito de outra categoria de colecionadores – os colonizadores – ver Carbonera, 2009.
  - 12 Ver site do IPHAN; [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).
  - 13 Ver Bezerra de Meneses, U.T. 1984.
  - 14 A esse respeito ver Schaan, 2001.
  - 15 Matéria “Polícia prende trio acusado de roubar coleção de arte milionária”. Folha Online. Folha de São Paulo, 14/10/2004. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u100702.shtml>. Acesso em 2004.
  - 16 Frase escrita em faixa afixada na fachada de uma escola da rede privada de ensino, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro.

## Referências

- APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ASSUNÇÃO, P. de. *Patrimônio*. São Paulo: Edições Loyola. 2003.
- BAETA, A. Motta. Memória Indígena no Médio Vale do Rio Doce. Arte Rupestre e Identidade Krenak. Dissertação de Mestrado, FAE, UFMG, 1998.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

BELK, R. W. *Collecting in a Consumer Society*. London: New York: Routledge, 1995.

BEZERRA, M. Make Believe Rituals: Reflections on the Relationship between Archaeology and Education through the Perspective of a Group of Children in RJ, Brazil. *Archaeologies*, v. 1. n.º. 2, p. 60-70, 2005.

BEZERRA, M. Os Significados do Patrimônio Arqueológico para os Moradores da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Projeto de Pesquisa*. UFPA/CNPq, 2009.

BEZERRA, M. 'Do chão onde eu piso': Arqueólogos e Comunidades Locais. IN: NAJJAR, R. (Org.). *Escavando o Pelourinho*. Rio de Janeiro: IPHAN (no prelo).

BEZERRA DE ALMEIDA, M. *O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola*. Tese (Doutorado em Ciências – Concentração em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, USP, São Paulo, 2002.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública No Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1., n.º 2, p. 275-295, jul.dez. 2003.

BEZERRA DE MENESES, U.T. Identidade cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro; IPHAN, n.º 20, p. 33-36, 1984.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BRANDÃO, C. R. Educação Humanista. Entrevista concedida a Patrimônio – *Revista Eletrônica do IPHAN*, n.º 3, jan/fev., 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/secao.php?id=2&ds=20>. Acesso em 2008.

BRODIE, N. Introduction. In: BRODIE, N.; KERSEL, M. M.; LUKE, C. AND TUBB, K. W. (Eds.) *Archaeology, Cultural Heritage and the Antiquities Trade*. University of Florida Press, 2006, p. 1-24.

BRODIE, N.; GILL, D. Looting: an international view. In: ZIMMERMAN, L. J.; VITELLI, K. D.; HOLLOWELL-ZIMMER, J. (Eds.) *Ethical Issues in Archaeology*. Altamira Press, 2003, p. 31-44.

CARBONERA, M. Patrimônio Arqueológico no Oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. *Revista de Arqueologia*, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 22, p. 83-98, 2009.

CARMAN, J. Interpretation, writing and presenting the past. In: HODDER *et al.* (Eds.) *Interpreting Archaeology*. New York: Routledge, 1995. p. 95-99.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIPPINDALE, C. Commercialization: the role of archaeological laboratories and collectors. In: LYNOTT, J. J.; WYLIE, A. (Eds.) *Ethics in American Archaeology*. 2 nd ed. Washington, SAA, p. 87-90, 2002.

CORSINO, C. – Prefácio. In: *A Prevenção do Tráfico Ilícito de Bens Culturais*. Manual da UNESCO para a Implementação da Convenção de 1970. Brasília: Iphan, 1999.

CURY, M. X. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia... *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, nº 1, p. 31-48, 2006.

FERNANDES, T.C. *Vamos criar um sentimento?!*: um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 32ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUNARI, P. P. de A. La Arqueologia en Brasil: política y academia en una encrucijada. In: POLITIS, G. (Ed.) *Arqueología en América Latina Hoy*. Bogotá: Banco Popular, 1999, p. 57-69.

FUNARI, P. P. de A. Public Archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, N., (Ed.) *Public Archaeology*. London: Routledge, 2004, p. 202-210.

FUNARI, P. P. de A.; ZARANKÍN, A.; REIS, A. (Orgs.) - *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na Era das Ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São PAULO: Annablume, 2008.

GAY, P. Introdução. In: *Catálogo das exposições de antiguidades de Freud*. Rio de Janeiro: Salamandra: Secretaria Municipal de Cultura: MNBA, 1994. p. 15-19.

GREEN, F. L.; GREEN, D.R.; GOÉS NEVES, E. "Indigenous Knowledge and Archaeological Science". *Journal of Social Archaeology*, v. 3, nº 3, p. 365-397, 2003.

GUIMARÃES, C. M. Arqueologia: identidade e cidadania. In: XI Congresso da SAB, 2001, Rio de Janeiro. *Resumos*, p. 54. (não publicado)

HERBERTS, A. L.; COMERLATO, F. *Arqueologia: uma viagem ao passado*. Eletrosul: Scientia Ambiental, s/d.

JEUDY, H. P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 63-88.

LIMA, H. Projeto Baixo Amazonas. Apresentado no *I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Amazônico*. Brasília: IPHAN. (2007). (não publicado)

LIMA, T. A. Sobrevivência: A face sensível do tráfico de bens arqueológicos. Apresentado no *I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio*. Brasília: IPHAN. (2007). (não publicado)

LITTLE, B. J. (Ed.) *The Public Benefits of Archaeology*. Gainsville: Plenum University Press, 2002.

LITTLE, B. J.; SHACKEL, P. A. (Eds.) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Altamira Press, 2007.

MCMANAMON, F. P. The Many Publics of Archaeology. *American Antiquity*, v. 56, nº 1, p. 121-130, 1991.

NAJJAR, J. N. V. De Educador e de Arqueólogo Todo Mundo Tem Um Pouco (Embora Educadores e Arqueólogos Sejam Poucos). Apresentado no XII Congresso da SAB, São Paulo, 2003. (não publicado)

NAJJAR, R. Arqueólogos e Comunidade: parceiros ou rivais. *Revista de Arqueologia Americana*, nº 21, p. 173 -190, 2003.

NAJJAR, J.; NAJJAR, R. Reflexões sobre a relação entre Educação e Arqueologia: uma análise do papel do IPHAN como educador coletivo. In: LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M., (Orgs.) *Os caminhos do patrimônio cultural no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 171-182.

OLIVEIRA, J. E. de. Cultura Material e Identidade Étnica na Arqueologia Brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. *Revista de Arqueologia*, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 19, p. 29-50, 2006.

PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e Turismo na Amazônia: Problemas e Perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ*. v. II, nº. 3, p. 21-36, 2005.

POKOTYLO, D.; GUPPY, N. Public opinion and archaeological heritage: views from outside the profession. *American Antiquity*, Washington D. C.: SAA, v. 63, nº 3, p. 400-416, 1999.

PYBURN, K. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública em 5 tempi: reflexões sobre o workshop Gerenciamento do patrimônio cultural – Arqueologia, Goiânia. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M.,

(Orgs.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 183-190.

PYBURN, K. A.; WILK, R. Responsible Archaeology is applied Anthropology. In: LYNOTT, M. J.; WYLIE, A. (Eds.). *Ethics in American Archaeology*. Washington D. C.: SAA, 2000. p. 78-83.

RAMBELLI, G. *Arqueologia Até Debaixo D'Água*. São Paulo: Editora Maranta, 2002.

SCHAAN, D. P. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, nº 1, p. 19-30, 2006.

SCHAAN, D. P. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. In: LIMA, T. A., (Org.) Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio*. Brasília: IPHAN, nº 33, p. 109-136, 2007.

SCHAAN, D. P. Tráfico de Material Arqueológico: Marajó, Santarém, Castelo de Sonhos e Altamira. Apresentado no *I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico*. Brasília: IPHAN. (2007). (não publicado)

SHACKEL, P. A.; CHAMBER, E. J. (Eds.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*. Londres: Routledge, 2004.

SILVA, F. A. Mito e Arqueologia: A Interpretação dos Asurini do Xingu sobre os Vestígios Arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatimemu-Pará. *Horizontes Antropológicos*, nº 17, p. 175-187, 2002.

SILVEIRA, F. L. A. DA; BEZERRA, M. - Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: Lima Filho, Manuel Ferreira, Eckert, Cornelia e Beltrão, Jane. F. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Fundação Ford/ABA. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 81-97.

SMITH, I. *Uses of Heritage*. London: New York: Routledge, 2008.

VITELLI, K. D. The International Traffic in Antiquities: archaeological ethics and the archaeologist's responsibility. In: GREEN, E. L. (Ed.) *Ethics and Values in Archaeology*. NY: The Free Press, 1984, p. 143-155.

#### ‘SEMIOPHORS OF RICHNESS’: AN ESSAY ON THE ILLICIT TRAFFIC OF ARCHAEOLOGICAL OBJECTS

Abstract: *this essay aims to draw attention to the illicit traffic of archaeological objects - an important issue that has been considered only by a few archaeologists in Brazil. We discuss some aspects related to the destruction*

*of archaeological heritage and the role of the Public Archaeology and Education in understanding and restraining this practice.*

Keywords: *Illicit traffic of antiquities. Public archaeology. Archaeological patrimony.*

\* Universidade Federal do Pará/PPGA/CNPq E-mail: marciabezerra14@gmail.com  
Telefone: (91)-88998491

\*\* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/  
Rio de Janeiro E-mail: rosanajar@gmail.com